

A Maria Inês e Danilo, com amor.

Copyright © 1997, Danilo Marcondes

Copyright © 1997 desta edição:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2240-0226 — fax: (21) 2262-5123
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação do copyright. (Lei 9.610/98)

Capa: Tira Linhas Studio

Edições anteriores: 1997, 1998, 1999, 2000 (duas ed.)

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Marcondes, Danilo
M269i Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos
6ª ed. a Wittgenstein/Danilo Marcondes. — 6ª ed. — Rio de
Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

Inclui bibliografia
ISBN 85-7110-405-0

1. Filosofia — História. I. Título

01-1100

CDD 109
CDU 1(038)

Sumário

<i>Lista de abreviações</i>	12
<i>Prefácio</i>	13

PARTE I FILOSOFIA ANTIGA

As origens

1. O surgimento da filosofia na Grécia antiga	19
A. A passagem do pensamento mítico para o filosófico-científico	19
B. Noções fundamentais do pensamento filosófico-científico	22
a. A <i>physis</i>	24
b. A causalidade	24
c. A <i>arqué</i> (elemento primordial)	25
d. O cosmo	26
e. O <i>logos</i>	26
f. O caráter crítico	27
<i>Quadro sinótico</i>	28
<i>Leituras adicionais</i>	28
<i>Questões e temas para discussão</i>	29
2. Os filósofos pré-socráticos	30
A. Apresentação geral da filosofia dos pré-socráticos	30
B. A escola jônica	32

As Origens

1. O SURGIMENTO DA FILOSOFIA NA GRÉCIA ANTIGA

A. A passagem do pensamento mítico para o filosófico-científico

Um dos modos talvez mais simples e menos polêmicos de se caracterizar a filosofia é através de sua história: forma de pensamento que nasce na Grécia antiga, por volta do séc. VI a.C. De fato, podemos considerar tal caracterização praticamente como uma unanimidade, o que costuma ser raro entre os historiadores da filosofia e os especialistas na área. Aristóteles, no livro I da *Metafísica*, talvez tenha sido o ponto de partida dessa concepção, chegando mesmo a definir Tales de Mileto como o primeiro filósofo. Veremos em seguida em que sentido podemos dizer isso, e o que nos leva a afirmar que a filosofia nasce em um momento e um lugar tão definidos, ou até mesmo o que nos permite considerar determinado pensador como o “primeiro filósofo”. Não teria havido pensamento antes de Tales e desse período de surgimento da filosofia? É claro que sim. Neste caso, o que tornaria o tipo de pensamento que afirmamos ter surgido com Tales e seus discípulos tão especial a ponto de ser considerado como inaugurando algo de novo, a “filosofia”? Procuraremos, portanto, explicitar as razões pelas quais tradicionalmente se tem feito esta caracterização do surgimento do pensamento filosófico.

Os diferentes povos da Antigüidade — assírios e babilônios, chineses e indianos, egípcios, persas e hebreus —, todos tiveram visões próprias da natureza e maneiras diversas de explicar os fenômenos e processos naturais. Só os gregos, entretanto, fizeram *ciência*, e é na cultura grega que podemos identificar o princípio deste tipo de pensamento que podemos denominar, nesta sua fase inicial, de *filosófico-científico*.

Se afirmamos que o conhecimento científico, de cuja tradição somos herdeiros, surge na Grécia por volta do séc. VI a.C., nosso primeiro passo deverá ser procurar entender por que se considera que esse novo tipo de pensamento aparece aí pela primeira vez e o que significa essa “ciência” cujo surgimento coincide com a emergência do pensamento filosófico.

Quando dizemos que o pensamento filosófico-científico surge na Grécia no séc. VI a.C., caracterizando-o como uma forma específica de o homem tentar entender o

mundo que o cerca, isto não quer dizer que anteriormente não houvesse também outras formas de se entender essa realidade. É precisamente a especificidade do pensamento filosófico-científico que tentaremos explicitar aqui, contrastando-o com o pensamento mítico que lhe antecede na cultura grega. Procuraremos destacar as características básicas de uma e de outra forma de explicação do real.

O pensamento mítico consiste em uma forma pela qual um povo explica aspectos essenciais da realidade em que vive: a origem do mundo,¹ o funcionamento da natureza e dos processos naturais e as origens deste povo, bem como seus valores básicos.² O mito caracteriza-se sobretudo pelo modo como estas explicações são dadas, ou seja, pelo tipo de discurso que constitui. O próprio termo grego *mythos* (μῦθος) significa um tipo bastante especial de discurso, o discurso fictício ou imaginário, sendo por vezes até mesmo sinônimo de “mentira”.

As lendas e narrativas míticas não são produto de um autor ou autores, mas parte da tradição cultural e folclórica de um povo. Sua origem cronológica é indeterminada, e sua forma de transmissão é basicamente oral. O mito é, portanto, essencialmente fruto de uma tradição cultural e não da elaboração de um determinado indivíduo. Mesmo poetas como Homero, com a *Iliada* e a *Odisséia* (séc. IX a.C.), e Hesíodo (séc. VIII a.C.), com a *Teogonia*, que são as principais fontes de nosso conhecimento dos mitos gregos, na verdade não são autores desses mitos, mas indivíduos — no caso de Homero cuja existência é talvez lendária — que registraram poeticamente lendas recolhidas das tradições dos diversos povos que sucessivamente ocuparam a Grécia desde o período arcaico (c. 1500 a.C.).

Por ser parte de uma tradição cultural, o mito configura assim a própria visão de mundo dos indivíduos, a sua maneira mesmo de vivenciar esta realidade. Nesse sentido, o pensamento mítico pressupõe a *adesão*, a *aceitação* dos indivíduos, na medida em que constitui as formas de sua experiência do real. O mito não se justifica, não se fundamenta, portanto, nem se presta ao questionamento, à crítica ou à correção. Não há discussão do mito porque ele constitui a própria visão de mundo dos indivíduos pertencentes a uma determinada sociedade, tendo portanto um caráter global que exclui outras perspectivas a partir das quais ele poderia ser discutido. Ou o indivíduo é parte dessa cultura e aceita o mito como visão de mundo, ou não pertence a ela e, nesse caso, o mito não faz sentido para ele, não lhe diz nada. A possibilidade de discussão do mito, de distanciamento em relação à visão de mundo que apresenta, supõe já uma transformação da própria sociedade e, portanto, do mito como forma reconhecida de se ver o mundo nessa sociedade. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Um dos elementos centrais do pensamento mítico e de sua forma de explicar a realidade é o apelo ao *sobrenatural*, ao *mistério*, ao sagrado, à magia. As causas dos fenômenos naturais, aquilo que acontece aos homens, tudo é governado por uma realidade exterior ao mundo humano e natural, superior, misteriosa, divina, a qual só os sacerdotes, os magos, os iniciados, são capazes de interpretar, ainda que apenas parcialmente. São os deuses, os espíritos, o destino que governam a natureza, o homem, a própria sociedade. Os sacerdotes, os rituais religiosos, os oráculos servem como intermediários, pontes entre o mundo humano e o mundo divino. Os cultos e

sacrifícios religiosos encontrados nessas sociedades são, assim, formas de se tentar alcançar os favores divinos, de se agradecer esses favores ou de se aplacar a ira dos deuses. Na Grécia pode-se dar como exemplo a religião do orfismo e os mistérios de Elêusis, cujas influências se estendem à escola de Pitágoras e ao pitagorismo.

É Aristóteles, como dissemos acima, que afirma ser Tales de Mileto, no séc. VI a.C., o iniciador do pensamento filosófico-científico. Podemos considerar que este pensamento nasce basicamente de uma insatisfação com o tipo de explicação do real que encontramos no pensamento mítico. De fato, desse ponto de vista, o pensamento mítico tem uma característica até certo ponto paradoxal. Se, por um lado, pretende fornecer uma explicação da realidade, por outro lado, recorre nessa explicação ao mistério e ao sobrenatural, ou seja, exatamente aquilo que não se pode explicar, que não se pode compreender por estar fora do plano da compreensão humana. A explicação dada pelo pensamento mítico esbarra assim no inexplicável, na impossibilidade do conhecimento.

É nesse sentido que a tentativa dos primeiros filósofos da escola jônica será buscar uma explicação do mundo natural (a *physis*, φύσις, daí o nosso termo “física”) baseada essencialmente em causas naturais, o que consistirá no assim chamado *naturalismo* da escola. A chave da explicação do mundo de nossa experiência estaria então, para esses pensadores, no próprio mundo, e não fora dele, em alguma realidade misteriosa e inacessível. O mundo se abre, assim, ao conhecimento, à possibilidade total de explicação — ao menos em princípio — à *ciência* portanto.

O pensamento filosófico-científico representa assim uma ruptura bastante radical com o pensamento mítico, enquanto forma de explicar a realidade.³

Entretanto, se o pensamento filosófico-científico surge por volta do séc. VI a.C., essa ruptura com o pensamento mítico não se dá de forma completa e imediata. Ou seja, o surgimento desse novo tipo de explicação não significa o desaparecimento por completo do mito, do qual aliás sobrevivem muitos elementos mesmo em nossa sociedade contemporânea, em nossas crenças, superstições, fantasias etc., isto é, em nosso imaginário. O mito sobrevive ainda que vá progressivamente mudando de função, passando a ser antes parte da tradição cultural do povo grego do que a forma básica de explicação da realidade. Contudo, sua influência permanece, mesmo em escolas de pensamento filosófico como o pitagorismo e na obra de Platão. É nesse sentido que devemos entender a permanência da referência aos deuses nos filósofos gregos daquele período.⁴

É claro que essa mudança de papel do pensamento mítico, bem como a perda de seu poder explicativo resultam de um longo período de transição e de transformação da própria sociedade grega, que tornam possível o surgimento do pensamento filosófico-científico no séc. VI a.C. Basicamente isso corresponde ao período de decadência da civilização micênico-cretense na Grécia, por volta do séc. XII a.C., e de sua estrutura baseada em uma monarquia divina em que a classe sacerdotal tinha grande influência e o poder político era hereditário, e em uma aristocracia militar e em uma economia agrária. A partir da invasão da Grécia pelas tribos dóricas vindas provavelmente da Ásia central em torno de 900 a 750 a.C., começam a surgir as cidades-Estado, nas quais haverá uma participação política mais ativa dos cidadãos,

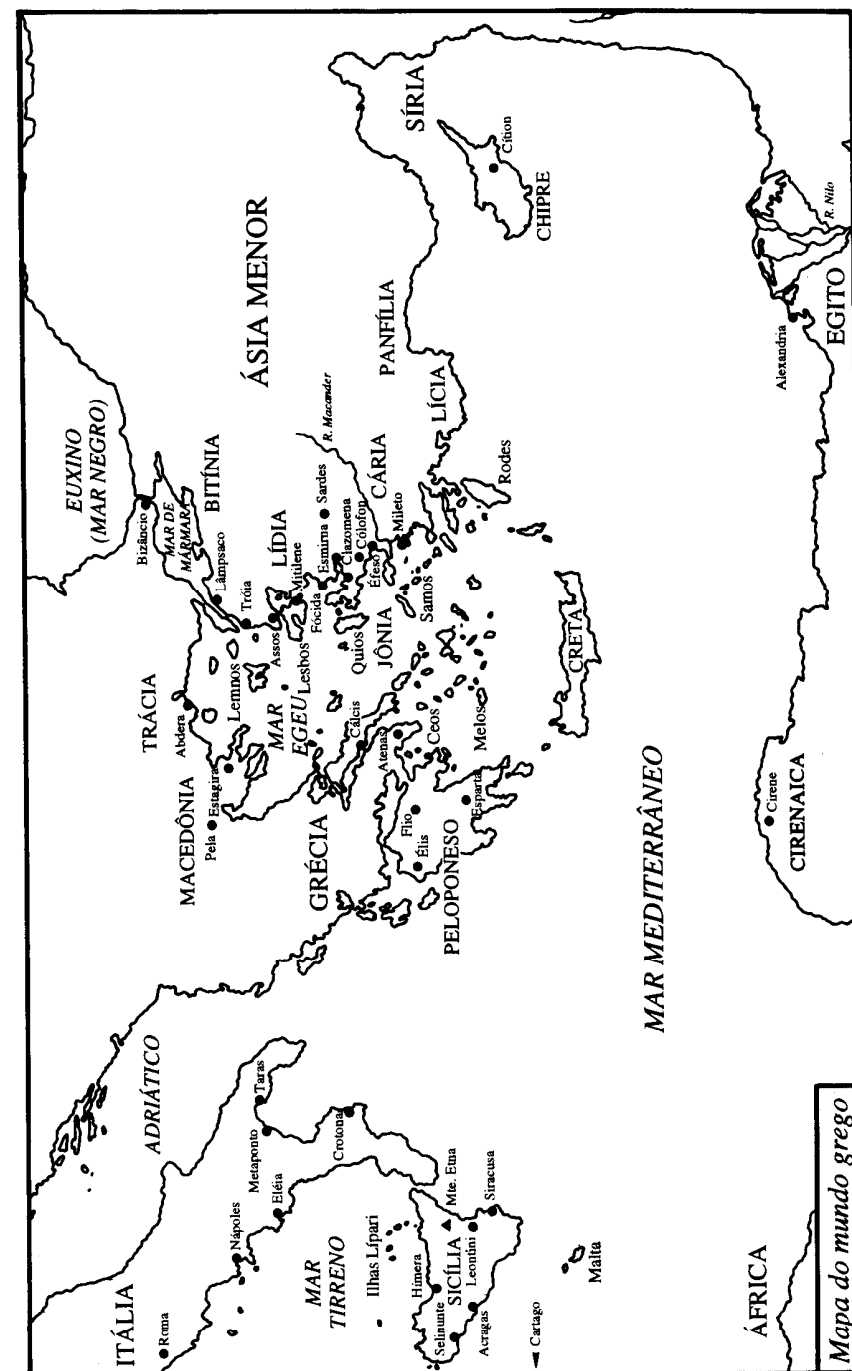
e uma progressiva secularização da sociedade. A religião vai tendo seu papel reduzido, paralelamente ao surgimento de uma nova ordem econômica baseada agora em atividades comerciais e mercantis. O pensamento mítico, com seu apelo ao sobrenatural e aos mistérios, vai assim deixando de satisfazer às necessidades da nova organização social, mais preocupada com a realidade concreta, com a atividade política mais intensa e com as trocas comerciais. É nesse contexto que o pensamento filosófico-científico encontrará as condições favoráveis para o seu nascimento.

É significativo, portanto, que Tales de Mileto seja considerado o primeiro filósofo e que o pensamento filosófico tenha surgido não nas cidades do continente grego como Atenas — que terá seu período áureo posteriormente —, Esparta, Tebas ou Micenas, mas nas colônias gregas do Mediterrâneo oriental, no mar Jônico, no que é hoje a península da Anatólia na Turquia (Fig. 1).⁵ Essas colônias, dentre as quais se destacaram Mileto e Éfeso, foram importantes portos e entrepostos comerciais, ponto de encontro das caravanas provenientes do Oriente — Mesopotâmia, Pérsia, talvez mesmo Índia e China —, que para lá levavam suas mercadorias que eram embarcadas e transportadas para outros pontos do Mediterrâneo que os gregos cruzavam com suas embarcações. Ora, por esse motivo mesmo, nessas cidades conviviam diferentes culturas, e de forma harmoniosa, pois o interesse comercial fazia com que os povos que aí se encontravam, sobretudo os gregos fundadores das cidades, fossem bastante tolerantes. As colônias gregas do mar Jônico eram então cidades cosmopolitas onde reinava um certo pluralismo cultural, com a presença de diversas línguas, tradições, cultos e mitos. É possível, assim, que a influência de diferentes tradições míticas tenha levado à relativização dos mitos. O caráter global, absoluto, da explicação mítica teria se enfraquecido no confronto entre os diferentes mitos e tradições, revelando-se assim sua origem cultural: o fato de que cada povo tem sua forma de ver o mundo, suas tradições e seus valores. Ao mesmo tempo, em uma sociedade dedicada às práticas comerciais e aos interesses pragmáticos, as tradições míticas e religiosas vão perdendo progressivamente sua importância. Esta é uma hipótese que parece razoável, de um ponto de vista histórico e sociológico, e mesmo geográfico e econômico, para a explicação do surgimento do tipo de pensamento inaugurado por Tales e pela chamada Escola de Mileto, naquele momento e naquele contexto.

Passemos agora a examinar algumas das características centrais desse tipo de pensamento, encontradas não só na Escola de Mileto, mas praticamente, embora com diferenças, em quase todos os pensadores daquele período (sécs. VI-V a.C.), os assim chamados *filósofos pré-socráticos*, por terem vivido antes de Sócrates.

B. Noções fundamentais do pensamento filosófico-científico

A principal contribuição desses primeiros pensadores ao desenvolvimento do pensamento filosófico, e podemos dizer também científico, encontra-se em um conjunto de noções que tentam explicar a realidade e que constituirão em grande parte, como veremos, alguns dos conceitos básicos das teorias sobre a natureza que se desenvolverão a partir de então. Embora essas noções sejam ainda um tanto imprecisas, já que



se trata do momento mesmo de seu surgimento, podemos dizer que a filosofia e a ciência têm aí o seu início em nossa tradição cultural. Veremos como, de certa forma, essas noções constituem o ponto de partida de uma visão de mundo que, apesar das profundas transformações ocorridas, permanece parte de nossa maneira de compreender a realidade ainda hoje. Isso quer dizer que podemos reconhecer nesses pensadores as raízes de conceitos constitutivos de nossa tradição filosófico-científica.

a. A *physis*

Aristóteles (*Metafísica* 1, 2) chama os primeiros filósofos de *physiólogos*, ou seja, estudiosos ou teóricos da natureza (*physis*). Assim, o objeto de investigação dos primeiros filósofos-cientistas é o mundo natural; sendo que suas teorias buscam dar uma explicação causal dos processos e dos fenômenos naturais a partir de causas puramente naturais, isto é, encontráveis na natureza, no mundo natural, concreto, e não fora deste, em um mundo sobrenatural, divino, como nas explicações míticas. Segundo esse tipo de visão, portanto, a chave da compreensão da realidade natural encontra-se nesta própria realidade e não fora dela.

b. A causalidade

A característica central da explicação da natureza pelos primeiros filósofos é portanto o apelo à noção de *causalidade*, interpretada em termos puramente naturais. O estabelecimento de uma conexão causal entre determinados fenômenos naturais constitui assim a forma básica da explicação científica e é, em grande parte, por esse motivo que consideramos as primeiras tentativas de elaboração de teorias sobre o real como o início do pensamento científico. Explicar é relacionar um efeito a uma causa que o antecede e o determina. Explicar é, portanto, reconstruir o nexo causal existente entre os fenômenos da natureza, é tomar um fenômeno como efeito de uma causa. É a existência desse nexo que torna a realidade inteligível e nos permite considerá-la como tal.

É importante, entretanto, que o nexo causal se dê entre *fenômenos naturais*. Isto porque podemos considerar que o pensamento mítico também estabelece explicações causais. Assim, na narrativa da guerra de Tróia na *Iliada* de Homero vemos os deuses tomar o partido dos gregos e dos troianos e influenciar os acontecimentos em favor destes ou daqueles. Portanto, fenômenos humanos e naturais têm nesse caso causas sobrenaturais. Trata-se de uma explicação causal, porém dada através da referência a causas sobrenaturais. É por isso que o que distingue a explicação filosófico-científica da mítica é a referência apenas a causas naturais.

A explicação causal possui, entretanto, um caráter *regressivo*. Ou seja, explicamos sempre uma coisa por outra e há assim a possibilidade de se ir buscando uma causa anterior, mais básica, até o infinito. Cada fenômeno poderia ser tomado como efeito de uma nova causa, que por sua vez seria efeito de uma causa anterior, e assim sucessivamente, em um processo sem fim. Isso, contudo, invalidaria o próprio sentido

da explicação, pois, mais uma vez a explicação levaria ao inexplicável, a um mistério, portanto, tal como no pensamento mítico.

fenômeno 1 → fenômeno 2
causa → efeito
(causa) → (efeito)
...(causa) → (efeito)

Para evitar que isso aconteça, surge a necessidade de se estabelecer uma causa primeira, um primeiro princípio, ou conjunto de princípios, que sirva de ponto de partida para todo o processo racional. É aí que encontramos a noção de *arqué* (ἀρχή).

c. A *arqué* (elemento primordial)

A fim de evitar a regressão ao infinito da explicação causal, o que a tornaria insatisfatória, esses filósofos vão postular a existência de um elemento primordial que serviria de ponto de partida para todo o processo. O primeiro a formular essa noção é exatamente Tales de Mileto, que afirma ser a *água* (*hydor*) o elemento primordial. Não sabemos por que Tales teria escolhido a água: talvez por ser o único elemento que se encontra na natureza nos três estados, sólido, líquido e gasoso; talvez influenciado por antigos mitos do Egito e da Mesopotâmia, civilizações de regiões áridas e que se desenvolveram em deltas de rios e onde por isso mesmo a água aparece como fonte da vida. Porém, o importante na contribuição de Tales não é tanto a escolha da água, mas a própria idéia de elemento primordial, que dá unidade à natureza.

É claro que a água tomada como primeiro princípio é muito diferente da água de nossa experiência comum, que bebemos ou que encontramos em rios, mares, e lagos. Trata-se realmente de um princípio, tomado aqui como simbolizando o elemento líquido ou fluido no real como o mais básico, mais primordial; ou ainda a água como o elemento presente em todas as coisas em maior ou menor grau. Diferentes pensadores buscaram eventualmente diferentes princípios explicativos, assim, por exemplo, os sucessores de Tales na Escola de Mileto, Anaxímenes e Anaximandro, adotaram respectivamente o *ar* e o *apeiron* (um princípio abstrato significando algo de ilimitado, indefinido, subjacente à própria natureza); Heráclito dizia ser o *fogo* o princípio explicativo, Demócrito o *átomo* e assim sucessivamente. Empédocles, com sua *doutrina* dos quatro elementos como que sintetiza as diferentes posições, afirmando a existência de quatro elementos primordiais — terra, água, ar e fogo —, tese retomada por Platão no *Timeu* e bastante difundida em toda a Antiguidade, chegando mesmo ao período moderno, presente nas especulações da alquimia no Renascimento até o surgimento da moderna química. Pode-se considerar inclusive que, de certa forma, a química ainda hoje supõe que certos elementos básicos, como o hidrogênio, estejam presentes em todo o universo.

A importância da noção de *arqué* está exatamente na tentativa por parte desses filósofos de apresentar uma explicação da realidade em um sentido mais profundo, estabelecendo um princípio básico que permeie toda a realidade, que de certa forma

a unifique, e que ao mesmo tempo seja um elemento natural. Tal princípio daria precisamente o caráter *geral* a esse tipo de explicação, permitindo considerá-la como inaugurando a *ciência*.

d. O cosmo

O significado do termo *kosmos* (κοσμος) para os gregos desse período liga-se diretamente às idéias de ordem, harmonia e mesmo beleza (já que a beleza resulta da harmonia das formas; daí, aliás, o nosso termo “cosmético”). O cosmo é assim o mundo natural, bem como o espaço celeste, enquanto realidade ordenada de acordo com certos princípios racionais.⁶ A idéia básica de cosmo é, portanto, a de uma ordenação racional, uma ordem hierárquica, em que certos elementos são mais básicos, e que se constitui de forma determinada, tendo a causalidade como lei principal. O cosmo, entendido assim como ordem, opõe-se ao *caos* (καος), que seria precisamente a falta de ordem, o estado da matéria anterior à sua organização. É importante notar que a ordem do cosmo é uma ordem racional, “razão” significando aí exatamente a existência de princípios e leis que regem, organizam essa realidade. É a racionalidade deste mundo que o torna compreensível, por sua vez, ao entendimento humano. É porque há na concepção grega o pressuposto de uma correspondência entre a razão humana e a racionalidade do real — o cosmo — que este real pode ser compreendido, pode-se fazer ciência, isto é, pode-se tentar explicá-lo teoricamente. Daí se origina o termo “cosmologia”, como explicação dos processos e fenômenos naturais e como teoria geral sobre a natureza e o funcionamento do universo.

e. O logos

O termo grego *logos* (λογος) significa literalmente discurso, e é com tal acepção que o encontramos por exemplo em Heráclito de Éfeso. O *logos* enquanto discurso, entretanto, difere fundamentalmente do *mythos*, a narrativa de caráter poético que recorre aos deuses e ao mistério na descrição do real. O *logos* é fundamentalmente uma explicação, em que razões são dadas. É nesse sentido que o discurso dos primeiros filósofos, que explica o real por meio de causas naturais, é um *logos*. Essas razões são fruto não de uma inspiração ou de uma revelação, mas simplesmente do pensamento humano aplicado ao entendimento da natureza. O *logos* é, portanto, o discurso racional, argumentativo, em que as explicações são justificadas e estão sujeitas à crítica e à discussão (ver tópico seguinte). Daí deriva, por exemplo, o nosso termo “lógica”. Porém, o próprio Heráclito caracteriza a realidade como tendo um *logos*, ou seja uma racionalidade (ver o conceito de cosmo acima) que seria captada pela razão humana. Portanto, um dos pressupostos básicos da visão dos primeiros filósofos é a correspondência entre a razão humana e a racionalidade do real, o que tornaria possível um discurso racional sobre o real.

f. O caráter crítico

Um dos aspectos mais fundamentais do saber que se constitui nessas primeiras escolas de pensamento, sobretudo na escola jônica, é seu caráter crítico. Isto é, as teorias aí formuladas não o eram de forma dogmática, não eram apresentadas como verdades absolutas e definitivas, mas como passíveis de serem discutidas, de suscitar divergências e discordâncias, de permitirem formulações e propostas alternativas. Como se trata de construções do pensamento humano, de idéias de um filósofo — e não de verdades reveladas, de caráter divino ou sobrenatural —, estão sempre abertas à discussão, à reformulação, a correções. O que pode ser ilustrado pelo fato de que, na escola de Mileto, os dois principais seguidores de Tales, Anaxímenes e Anaximandro, não aceitaram a idéia do mestre de que a água seria o elemento primordial, postulando outros elementos, respectivamente o ar e o *apeiron*, como tendo esta função. Isso pode ser tomado como sinal de que nessa escola filosófica o debate, a divergência e a formulação de novas hipóteses eram estimulados. A única exigência era que as propostas divergentes pudessem ser justificadas, explicadas e fundamentadas por seus autores, e que pudessem, por sua vez, ser submetidas à crítica.

Segundo o importante filósofo da ciência contemporâneo Karl Popper:

O que é novo na filosofia grega, o que é acrescentado de novo a tudo isso, parece-me consistir não tanto na substituição dos mitos por algo de mais “científico”, mas sim em uma nova atitude em relação aos mitos. Parece-me ser meramente uma consequência dessa nova atitude o fato de que seu caráter começa então a mudar.

A nova atitude que tenho em mente é a atitude crítica. Em lugar de uma transmissão dogmática da doutrina (na qual todo o interesse consiste em preservar a tradição autêntica) encontramos uma tradição crítica da doutrina. Algumas pessoas começam a fazer perguntas a respeito da doutrina, duvidam de sua veracidade, de sua verdade.

A dúvida e a crítica existiram certamente antes disso. O que é novo, porém, é que a dúvida e a crítica tornam-se agora, por sua vez, parte da tradição da escola. Uma tradição de caráter superior substitui a preservação tradicional do dogma. Em lugar da teoria tradicional, do mito, encontramos a tradição das teorias que criticam, que, em si mesmas, de início, pouco mais são do que mitos. É apenas no decorrer dessa discussão crítica que a observação é adotada como uma testemunha.

Não pode ser por mero acidente que Anaximandro, discípulo de Tales, desenvolveu uma teoria que diverge explicita e conscientemente da de seu mestre, e que Anaxímenes, discípulo de Anaximandro, tenha divergido de modo igualmente consciente da doutrina de seu mestre. A única explicação parece ser a de que o próprio fundador da escola tenha desafiado seus discípulos a criticarem sua teoria e que eles tenham transformado esta nova atitude crítica de seu mestre em uma nova tradição.⁷

QUADRO SINÓTICO

- ♦ Passagem do pensamento mítico-religioso ao pensamento filosófico-científico, representando o surgimento da filosofia na Grécia antiga (séc.VI a.C.).
- ♦ Ruptura entre essas duas formas de pensamento como resultante de transformações na sociedade grega da época, que se seculariza, tornando-se importante a atividade comercial.
- ♦ O surgimento do pensamento filosófico-científico nas colônias gregas da Jônia é significativo, uma vez que ali se dava um maior contato com outras culturas, levando a uma relativização do mito e das práticas religiosas.
- ♦ O mito, como explicação do real através do elemento sobrenatural e misterioso, é considerado insatisfatório; os primeiros filósofos procuram explicar a realidade natural a partir dela própria: naturalismo da escola jônica.
- ♦ O novo pensamento filosófico possui características centrais que rompem com a narrativa mítica:
 1. A noção de *physis* (natureza).
 2. A *causalidade* interpretada em termos estritamente naturais.
 3. O conceito de *arqué* ou elemento primordial.
 4. A concepção de *cosmo* (o universo racionalmente ordenado).
 5. O *logos* como racionalidade deste cosmo e como explicação racional.
 6. O *caráter crítico* dessas novas teorias que eram sujeitas à discussão evitando o dogmatismo e fazendo com que se desenvolvessem, transformando-se e reformulando-se.

LEITURAS ADICIONAIS

- Detienne, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia arcaica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
- Eliade, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo, Perspectiva, col. "Debates", n.52, 1994, 4a.ed.
- Goldschmidt, V. *A religião de Platão*. São Paulo, Difel, 1969.
- Rocha, Everardo. *O que é mito?* São Paulo, Brasiliense, col. "Primeiros Passos", 1985.
- Ronan, Colin A. *História ilustrada da ciência*, v.1: *Das origens à Grécia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.
- Vernant, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. São Paulo, Difel, 1984, 4a.ed.
- Veyne, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Lisboa, Edições 70, 1987.
- Vlastos, G. *O universo de Platão*. Brasília, Ed. UnB, 1975.

QUESTÕES E TEMAS PARA DISCUSSÃO

Responda as questões abaixo com base no texto e nas leituras adicionais recomendadas:

1. Aponte as principais características do pensamento mítico.
2. Contraste essas características com algumas das principais características do pensamento filosófico-científico.
3. Em que sentido e por que razões pode-se dizer que o pensamento filosófico-científico rompe com o pensamento mítico no contexto da Grécia antiga por volta do séc.VI a.C.?
4. Por que o pensamento mítico passa a ser considerado insatisfatório?
5. Qual a principal característica da escola jônica, considerada decisiva para o desenvolvimento do pensamento filosófico-científico?